

152 - 3900-355 - 190 -

GERAL

305

FLORESTA AMEAÇADA (2)

A tecnologia da devastação

RONALDO BERNARDI/ZH



Tropa de choque: para chegar ao valioso mogno, os cortadores abrem caminho no meio da mata abatendo dezenas de outras árvores e matando os animais que encontram

Os caboclos da Amazônia exploravam a mata de forma artesanal. Isso persistiu até os anos 70, quando os colonos do Sul desembarcaram na região. A soma de conhecimentos de sulistas e de caboclos resultou num método simples e eficiente de devastação que se completa com a chegada das madeireiras asiáticas. Com clientes cativos e dinheiro para girar os negócios, os asiáticos são o elo que faltava para inserir a derrubada da mata na economia globalizada, como mostra a reportagem de hoje da série sobre a pilhagem da Floresta Amazônica.



CARLOS WAGNER

Ao longo dos anos, os devastadores desenvolveram uma tecnologia que permite derrubar a floresta à luz do dia sem maiores problemas. Passada de geração a geração, a técnica consiste em um conjunto de procedimentos para abater a árvore escolhida sem levar em conta o que está ao redor. E de como corromper funcionários públicos e líderes indígenas, lavar dinheiro ilegal e fraudar guias para transportar a madeira pelas estradas e rios da região.

A tecnologia da devastação vem evoluindo a uma velocidade espantosa. O elo que falta para inseri-la na economia globalizada é um mercado que compre sua produção. Os devastadores apostam que esse problema será solucionado com a chegada das madeireiras asiáticas ao Brasil. Elas têm clientes cativos e dinheiro.

— Nesse negócio não é preciso inventar nada. Basta observar a natureza para saber o ponto exato onde está a madeira boa. Depois, é só meter a motosserra — ensina José Gomes da Silva, um carinense que opera em Tomé-Açu, no Pará.

Essa é a parte mais complexa do processo. Se for cortada a espécie errada, o madeireiro terá prejuízo porque não encontrará mercado. Na Amazônia já foram identificadas cerca de 75 espécies aceitas pelos compradores.

— Mas apenas o mogno, o cedro-rosa, a cerejeira, o canelão, o ipê, o jatobá e o pau-amarelo conseguem preços considerados bons — diz o cientista Isac Sidney Benchinol, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Ipam), de Manaus.

O mercado é determinado pelo consumidor. Hoje a preferência é pelo mogno, madeira bonita e cheirosa. Seu corte foi proibido por dois anos pelo Decreto Federal 1.963, de 1996. Mas a árvore é a mais procurada e cortada na selva amazônica. Só no ano passado, foram apreendidos 30 mil metros cúbicos, volume equivalente à metade do que é permitido exportar legalmente. O resultado é desastroso: a espécie corre risco de extinção.

Os madeireiros procuram o mogno como quem busca uma pepita de ouro. Usam até helicópteros para sobrevoar uma área onde há notícia da presença da árvore. Ao encontrá-la, abrem uma clareira para descobrir a quantidade existente.

O negócio só é vantajoso se houver cinco ou seis árvores num raio de 10 metros quadrados e se o lugar oferecer condições para o transporte das toras, ficando perto de um rio navegável ou não muito longe de uma estrada. Preenchidas essas condições, o passo seguinte é fazer chegar até a árvore a turma do corte. Conhecidos como pica-paus, os cortadores formam uma espécie de grupo de choque sem vínculos legais com o madeireiro, mas financiado e pago por ele.

Para chegar ao mogno, os pica-paus abrem no meio da mata o que eles chamam de pique, uma estradinha. Ao fazer isso, devastam uma área considerável da floresta, aterram igarapés (riachos) e matam todos os animais que acham pelo caminho. Na hora de derrubar a tora, arrastam para o chão outras 25 árvores. Depois de abatida, a tora é arrastada pelo meio da selva por um trator até uma clareira, onde será embarcada em caminhões.

Foi graças a esse procedimento predatório que o mogno ficou conhecido, entre os ecologistas, como a "árvore da devastação". Essa é a tragédia da selva. Para retirar uma tora, centenas de outras espécies são mortas, sem piedade. Apesar de há mais de 120 anos existir tecnologia para fazer diferente, diminuindo o massacre da floresta.

— Mas é muito trabalhoso e caro. E o doutor que compra o móvel de mogno não quer saber como a árvore foi derrubada. Ele quer a madeira bonita e lustrosa para mostrar aos amigos — garante o madeireiro Juarez da Silva, de Dom Eliseu, no Pará.

Toras entopem rios e estradas

Imagine uma quadrilha de assaltantes de banco saindo pelas ruas levando os sacos de dinheiro roubado à mostra. A comparação serve para descrever o que acontece na Amazônia, onde diariamente milhares de toras abatidas ilegalmente são transportadas pelas estradas em caminhões ou descem os rios amarradas em forma de balsas. Isto é possível graças a um dos ramos da tecnologia da devastação criada pelos saqueadores da floresta: a fraude de documentos. Adulterando guias de transporte, eles usam o mesmo documento centenas de vezes.

Também contam com a lei das probabilidades. Existem cerca de 500 fiscais, entre o pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outros órgãos fiscalizadores do governo, atuando na região. Enquanto isso, pelo menos 1,2 mil caminhões e outros tipos de veículos cruzam estradas e rios diariamente. A possibilidade de encontrar um fiscal é muito remota.

— Vale o risco — diz o caminhoneiro Luiz de Oliveira, de Curionópolis, sul do Pará.

Na linguagem dos transportadores de toras, a operação fraudulenta de usar uma mesma guia dezenas de vezes é chamada de "emplacamento". A prática é muito comum, principalmente no Pará, que tem uma boa rede rodoviária e onde a maior parte das árvores abatidas é levada em caminhões até o pátio das serrarias. Em Paragominas, por exemplo, o maior centro madeireiro paraense, centenas de carretas e outros tipos de veículos com carregamentos de toras são vistos a todo o momento nas estradas.

— Fazemos o possível e o impossível para fiscalizar. Mas temos cinco pessoas para vigiar um imenso movimento — comenta o responsável local do Ibama, Nelson Nogueira.

Os devastadores tiram proveito da situação. O mesmo esquema de transportar toras com guias velhas usado no Pará também é praticado em outros pontos da Amazônia, onde há matas nas proximidades de rodovias. No Amazonas, carente de estradas e rico em rios, a situação é diferente. Lá, as toras são amarradas em forma de balsa e transportadas pelos rios.

As toras são cortadas ilegalmente, como provam os mil metros cúbicos de mogno apreendidos por fiscais do Ibama durante a Operação Macaúá, um esforço de vários órgãos governamentais feito anualmente para coibir a devastação da floresta. Para transportar o mogno em balsas, os clandestínos usam a criatividade. Uma das táticas é fazer os troncos submergirem, colocando outros por cima. Grandes conhecedores dos rios da região, eles não correm o risco de encalhar com a balsa ao navegar com vários metros submersos de toras. O truque é velho, mas funciona.



Desolação: caminhão madeireiro levanta poeira em meio ao cenário de destruição

Operação limpa dinheiro ilegal

A ponta mais sofisticada da tecnologia da devastação da Floresta Amazônica é a lavagem do dinheiro ganho pelos pilhantes com a derrubada da mata. Há um bom tempo os agentes da Polícia Federal (PF) e do Ministério da Fazenda andam rastreando o destino dos lucros ilegais obtidos pelas madeireiras com a recepção de toras abatidas de modo clandestino. Até este ano, os agentes não tinham uma idéia precisa da quantidade de dinheiro envolvida. Tiveram há pouco mais de um mês, em Cascavel, no Paraná.

No Ministério Público Federal de Cascavel, o procurador Celson Antônio Três, num minucioso trabalho, descobriu a maior lavagem de dinheiro da história do país: R\$ 7,2 bilhões. O esquema era simples. Empresas de vários pontos do país usavam as cidades da região de Cascavel para abrir contas fantasmas e levar dinheiro sujo para o Paraguai.

Estava ali o fio da meada procurado pelos policiais e fiscais da Receita Federal para descobrir o caminho percorrido pelo dinheiro ganho com a venda de madeira clandestina. Segundo o procurador Três, o Pará, maior centro madeireiro da América do Sul, participou com 13,73% do total de R\$ 7,2 bilhões lavados na região. Ficou bem à frente de Estados industrializados, como o Rio Grande do Sul, com 9,8%. Uma boa parte desse dinheiro foi ganha com a madeira e depois transformada em outros bens.


Há dois anos, um outro procurador da República, Luís Francisco Rodrigues de Souza, de Rio Branco, no Acre, em processos que somaram mais de 500 páginas contra o governador do Estado, Orleir Messias Cameli, levantou o véu da lavagem de dinheiro. O governador nega tudo, mas as investigações prosseguem. A Receita descobriu que o grupo empresarial de Cameli tem ligações com madeireiros do Amazonas. Há um enorme número de empresas envolvidas, a maioria fantasma, e isso dificulta as investigações.

— Elas têm em comum o fato de lavarem o dinheiro ganho ilegalmente com a tora, mas cada uma tem sua própria maneira de operar — afirma um agente da PF em Belém.

Segundo um policial de Foz do Iguaçu, os grupos atuam de maneira isolada usam pessoas especializadas em lavagem de dinheiro. Ele conta que há um ano a polícia investiga as contas de uma madeireira de Paragominas, no Pará. A empresa trabalha no mercado usando oito nomes de fantasia. Seus cinco sócios são do Paraná e de Santa Catarina.

Embora os fiscais do Ibama já tenham conseguido provar que 80% das madeiras serradas na madeireira são obtidas de maneira ilegal, a investigação não avança porque, para lavar o dinheiro, são empregados tantos disfarces que seria necessário um batalhão de investigadores para descobrir tudo.

SEGUE

INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: ZERO Hora (RS)
 Data: 20/7/98 Pg.
 Class.: AMAR0305

LUX JORNAL

ZERO HORA
 PORTO ALEGRE - RS

PUBLICADO EM:
 20 JUL 1998

FLORESTA AMEAÇADA (2)

O eldorado dos madeireiros



Drible na lei: as toras abatidas pelos madeireiros clandestinos são amarradas em forma de balsa ou submersas para ser transportadas livremente pelos rios da Amazônia



Não há barreiras que impeçam os saqueadores da floresta de invadir uma área para extrair madeira. Eles estão destruindo a maior reserva de mogno do mundo, encravada em áreas de preservação no meio das selvas do Pará. Também estão em busca de outras madeiras nobres, abundantes na área, como cetro-rosa, cerejeira, canelão, ipê, jatobá e pau-amarelo.

Entre os nove Estados da Amazônia Legal brasileira, o Pará se tornou uma espécie de eldorado para os madeireiros clandestinos. Graças a uma malha rodoviária de mais de 30 mil quilômetros, 80% das suas florestas são acessíveis à exploração. As madeiras nobres e as estradas transformaram o Pará no maior centro madeireiro da América do Sul. Lá são cortadas 87,4% das toras no Brasil. Em torno de 80% desses cortes são ilegais.

Depois de duas décadas de exploração contínua das florestas, hoje as maiores reservas de mogno e de outras madeiras nobres paraenses são encontradas em locais proibidas à exploração, como áreas indígenas, militares e parques nacionais, que somam um terço do território do Estado, em torno de 400 mil quilômetros quadrados. Mas isso não é problema para os devastadores.

— Em nossas patrulhas, encontramos trilhas clandestinas abertas por madeireiros ilegais nas terras do governo. Estão em busca do mogno, são muito espertos — observa o tenente-coronel Siegfried Starling de Albuquerque, comandante do 53º Batalhão de Infantaria da Selva (53º BIS), com sede em Itaituba, norte do Pará.

Muitas vezes, o próprio governo torna-se cúmplice dos clandestinos. Por exemplo: apesar de registrar grandes conflitos agrários, inclusive com mortes, o Pará é um dos raros Estados onde o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem uma oferta de terras maior do que o número de agricultores para assentar. Qual a origem do fenômeno? O presidente nacional do Incra, Milton Seligman, acredita ter a explicação:

— É simples. A maior parte das áreas ofertadas ficava próxima a grandes reservas florestais. O assentamento era a porta de entrada para os madeireiros. Isso agora acabou. Só assentamos em áreas desmatadas há mais de uma década.

Mas essa porta não está totalmente fechada. A decisão é recente e 1,2 mil famílias ainda estão sendo assentadas na região de Parauapebas, no sul do Pará. Justamente onde existem duas reservas: a Floresta Nacional dos Carajás e a Floresta Nacional de Itacaiúnas. As duas áreas somam

quase 700 mil hectares e são ricas em mogno, canelão e ipê.

Os saqueadores acreditam que são agentes do desenvolvimento da Amazônia. Em nome do progresso, passam por cima da lei.

— Não é justo deixar um monte de madeira em pé enquanto o povo passa fome. Tem que derrubar e trazer o progresso — afirma o paulista José da Silva, administrador de uma fazenda da região.

A tática empregada para entrar nas terras indígenas é bem mais sofisticada e cruel do que a usada para invadir os parques nacionais: corrompendo os líderes da tribo com dinheiro, bens e medicamentos, conseguem, em troca, apoio e proteção. Existem reservas como a das sete aldeias caiapós, em Redenção, no sul do Pará, onde nenhum funcionário do governo consegue entrar, mesmo policiais federais armados. Líderes indígenas como Paulinho Payakan não discutem se o mogno deve ou não ser abatido, mas quanto o índio receberá pela retirada ilegal da madeira.

— A nossa aliança com os madeireiros é importante para a sobrevivência do povo caiapó — diz Payakan.

É uma aliança de força, que abriu as portas das reservas para os madeireiros clandestinos. E da doença, para os índios.